

Paranoias

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Em março de 2019, o vice-presidente Hamilton Mourão fez uma viagem oficial a Boston (EUA) para participar de evento organizado pelos estudantes brasileiros na universidade de Harvard. Trata-se de um encontro anual de três dias para o qual são convidadas autoridades de diversos níveis da administração brasileira. Os convidados fazem palestra e participam dos debates com os alunos, que, aliás, são em quantidade e qualidade surpreendentes. Naquele ano, os brasileiros configuravam a terceira maior nacionalidade no importante centro de estudos.

A administração do evento trata bem seus convidados. Ao vice-presidente foi entregue uma sala de aula para que ele a utilizasse como escritório para receber professores e estudantes. Uma gentileza. Na sala ao lado, foi colocado o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Os dois se confraternizaram. Conversaram por um bom tempo. A eles se juntaram os governadores Zema e Witzel, de Minas e do Rio de Janeiro, respectivamente, e o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli. Os fotógrafos registraram o encontro. O diálogo foi normal, civilizado, aberto. Nenhuma restrição de parte a parte.

Mourão fez palestra para mais de 500 estudantes e professores. Na primeira fila, sentou-se FHC. Foi nesta ocasião, quando respondeu à pergunta de um professor, que Mourão estabeleceu a diferença entre ele e o general Ernesto Geisel: "Eu fui eleito". Foi aplaudido de pé pelo auditório lotado, inclusive pelo ex-presidente na primeira fila. A participação de Mourão no Brazilian Day foi um sucesso. Ele deu entrevistas, conversou com estudiosos como Frank McCann, autor de uma história do Exército brasileiro. Antes de embarcar para Washington, onde se reuniu com o vice norte-americano, participou de encontro com brasileiros que vivem na região de Boston, ao lado do cônsul do Brasil na cidade.

A viagem do vice foi largamente divulgada no Brasil por jornais, revistas e emissoras de televisão, potencializada pelo fato de Mourão falar bem em inglês e espanhol. Uma exposição sem precedentes do novo personagem do governo brasileiro que se colocava no mais alto nível na relação com estrangeiros. A repercussão no Palácio do Planalto foi péssima. Este é o primeiro capítulo do distanciamento entre o presidente e o vice. Enquanto Mourão falava para o mundo, Bolsonaro se contentava em conversas nas mídias sociais em aparições mal produzidas, com cenário e luz medíocres, áudio e vídeo de nível estudantil. O presidente também priorizou conceder entrevistas para comunicadores amigos e de menor audiência. A diferença entre um e outro tornou-se abissal.

As consequências são mais ou menos públicas. Decretou-se silêncio obsequioso para o vice-presidente, que se transformou no grande mudo. Assistiu quieto o drama da desconexão do governo e dos receios paranoicos do chefe, que teme adversários externos e internos. O vice não se movimenta contra o presidente. Mas admite, de público, que há uma dissonância entre ele e o chefe. E procura seu caminho futuro na



política nacional. Por cautela, volta e meia sente-se na obrigação de dizer que não há oportunidade para um eventual impedimento. Mas um poderoso pedido de impeachment acaba de chegar ao Congresso. O documento uniu a esquerda a bolsionistas arrependidos.

Recentes denúncias de cobrança e oferta de propina em negociações de vacinas no Ministério da Saúde atingem o partido de Ricardo Barros e do presidente da Câmara, Arthur Lira, que constitui a principal base do Centrão. Ricardo Barros, aliás, tempos atrás se manifestou contra o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Negou-lhe o voto. Agora é favorável à reeleição de Bolsonaro, do qual é líder na Câmara. Seu partido, o PP, comandava a diretoria de logística do Ministério da Saúde por intermédio de Roberto Dias, que te-

ria pedido propina de US\$1 por dose de vacina ao representante da empresa indiana Davati Medical Supply. Negócio de 400 milhões de doses. Perdeu.

Os correligionários de Lula enxergam conspiração da direita com o centro para tirar Bolsonaro e colocar Mourão no poder. Este seria o caminho para reduzir as chances do petista, uma vez que o vice-presidente poderia se candidatar à reeleição. Ambiente conspiratório é comum na política brasileira. O fato é que há um forte pedido de impeachment, poderosa pressão contra o presidente e o cheiro de corrupção envolvendo o governo. Cada um trata de sua paranoia. As forças políticas buscam objetivos diversos entre si. As eleições estão logo ali na esquina. Chegou a hora de encontrar candidatos, além dos conhecidos. Se é que eles existem.

NFT: uma nova revolução no mundo digital

» REINALDO BIANCHI
Professor titular do Centro Universitário FEI, bacharel em física, mestre e doutor em Engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

Você já criou um meme? Talvez você ainda não tenha ouvido falar, mas seu meme pode até valer um bom dinheiro. Em 28 de abril, aquela foto de uma garotinha sorrindo sadicamente em frente a um prédio em chamas, compartilhada milhares de vezes em redes sociais, foi vendida por US\$ 473 mil (R\$ 2,5 milhões) ao ser transformada em NFT, sigla para Token Não Fungível, uma terminologia que parece ter saído de uma ficção científica.

Na área de tecnologia, token é como se fosse uma ficha, um contrato que representa um ativo (real ou digital); "não fungível" significa que é único e não pode ser substituído por outra coisa. Uma cédula de 100 reais é um objeto "fungível", pois pode ser trocada por duas notas de 50 reais sem perda de valor. Por outro lado, uma obra de arte ou bens produzidos em série limitada não são "fungíveis": são únicos, personalizados. A boa notícia é essa. Finalmente foi criado um mecanismo que garante a propriedade de bens digitais.

Com isso, ficou mais fácil comercializá-los, pois os NFT facilitam as transações de compra e venda. Se Picasso produzisse obras de arte digitais, o NFT poderia ser uma espécie de assinatura ou atestado de autenticidade, que liga a sua arte a ele mesmo. Agora, imagine que Picasso tenha vendido esta obra e o seu atual dono a tenha colocado em um museu para apreciação pública. É mais ou menos isso o que o NFT faz. Permite que outros usufruam do bem sem prejudicar o valor da obra para seu proprietário ou investidor.

Isso abre um enorme campo inexplorado para empreendedores. Artistas, músicos, influenciadores e vários outros produtores do mundo virtual podem monetizar bens que antigamente eram gratuitos ou fáceis de serem copiados. Segundo um relatório feito pelo NonFungible.com, uma empresa de análise de mercado NFT, com o apoio do L'Atelier BNP Paribas, o mercado de tokens não fungíveis (NFT) chegou a US\$ 250 milhões em 2020, 299% maior que em 2019. O estudo diz que o NFT será uma classe de ativos emergentes para a economia nos próximos anos e um grande impulsionador da atividade econômica em mundos virtuais. Afinal, a tendência é de que as pessoas gastem cada vez mais tempo e dinheiro on-line.

A má notícia é que o impacto ambiental desta indústria nascente é astronômico. Ao criar, vender ou comprar um NFT, são liberadas milhões de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera. Isso ocorre porque o NFT é codificado usando *blockchain*, a mesma tecnologia por trás das criptomoedas como o bitcoin, que é particularmente danosa para o meio ambiente. Cada bloco de dados que representa uma compra de bitcoins ou uma transferência de NFT é adicionado a uma corrente, em um processo conhecido como mineração, feito por computadores que consomem quantidades assombrosas de energia para processamento. Precisamos lembrar que, em 2016, a geração de energia por combustíveis fósseis ainda representava 67,3% da produção global.

Um estudo da Universidade de Cambridge revelou que a mineração de bitcoin consome, hoje, mais energia do que a Argentina. Há também quem diga que, anualmente, as emissões de carbono da bitcoin equivalem às da cidade de Londres. Ou a uma viagem de São Francisco a Nova York realizada 15 mil vezes. Para neutralizar suas emissões de carbono, seria necessária uma floresta hipotética do tamanho de Portugal. E outros afirmam que só a bitcoin pode aumentar a temperatura da Terra em dois graus. Ou seja, um impacto nada desprezível.

Com todas essas implicações para o meio ambiente, há quem questione se os subprodutos da tecnologia *blockchain*, como as criptomoedas e o NFT, seriam éticos em um mundo que está se movimentando, a grande custo, para zerar as emissões de carbono. Elon Musk, fundador da Tesla, que desistiu de aceitar bitcoins para a compra de veículos, disse recentemente que as criptomoedas são uma boa ideia, mas não podem prejudicar o meio ambiente. Com isso, o próximo passo lógico seria encontrar formas de tornar essa tecnologia "verde" para que ela alcance todo o seu potencial em benefício da sociedade. A rede Ethereum, que cria e armazena os NFT, já está se movimentando nesse sentido ao migrar para um modelo que usa uma quantidade menor de processamento de dados. Se for bem-sucedida, o NFT, além de revolucionar o mundo digital, poderá ser também uma tecnologia limpa. Com isso, podemos esperar um grande crescimento do uso e do valor dos NFTs em breve, o que torna esse investimento revolucionário bastante interessante.

Armas: celebração da morte

» ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA
Sociólogo, ex-consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Viva Rio, autor de Armas para quê? (Editora LeYa)

O Supremo Tribunal Federal está para votar a nulidade de alguns decretos presidenciais retirando o controle da venda de armas e munições. Para pressioná-lo, armamentistas estão organizando ato em favor dos decretos. Desde que sejam pacíficos, são atos legítimos de manifestação da opinião. Mas vão beneficiar o país?

A ministra Rosa Weber suspendeu alguns dos vários decretos, mas outros continuam em vigência, e não são menos danosos. Está suspenso, por exemplo, o que trata da idade mínima para a prática de tiro nos clubes. Na Lei de Controle de Armas, popularmente conhecida como Estatuto do Desarmamento, em cuja proposta colaborei, consideramos que os que mais matam com arma de fogo, e mais morrem, são os jovens, numa proporção quatro vezes maior que a população em geral (Small Arms Survey). Por isso, estabelecemos a idade mínima de 21 anos para a compra de armas.

Mas considerando que esportistas devem começar a treinar mais cedo, reduzimos para 18 anos a idade mínima, com autorização do representante legal (geralmente os pais), e uso das armas desse representante, para haver controle. O decreto presidencial reduz a idade para 14 anos. Não tem idade para dirigir, mas poderá atirar. Dispensa autorização paterna, permite que o jovem utilize qualquer outra arma, e não restringe a prática aos desportistas, mas a qualquer jovem que queira se "recrear". Como outro decreto retira do Exército o controle

sobre os CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores), hoje praticam nos clubes de tiro milicianos e qualquer um que pague. Controle mínimo.

O que se pretende? Que se repita no país o drama vivido nos Estados Unidos, onde o pouco controle das armas leva a uma média de 12,5 massacres por mês (Gun Research Archives)? Lá consideram massacre o assassinato de quatro pessoas ou mais. A maioria em escolas, igrejas, shows e supermercados. Em estados como a Virgínia, um menino de 13 anos não pode dirigir, comprar cigarro, nem revista *Playboy*, mas pode comprar fuzil de guerra. O resultado no país é a média de cinco pais mortos com armas de fogo por seus próprios filhos por semana, como resposta a castigos ou acidentes (Kathleen Heide, University of Southern California).

A autorização de portar arma na rua, segundo a nossa lei, só é concedida pela Polícia Federal (PF) em casos excepcionais, de risco de vida, e a norma é a proibição. Isso constitui o coração da nossa lei, admirada no exterior e já copiada por oito países. Pesquisa de opinião do IPEC, de 2021, constatou que 86% dos brasileiros estão de acordo com essa proibição. Mas outro decreto presidencial suspenso permite que os atiradores andem armados de casa até o clube, independentemente do trajeto. Podem estar muito longe, e alegar que estavam indo para o clube. Na Argentina, ao contrário, as armas do atirador ficam trancadas em cofres dentro do clube.

O decreto, uma forma velada de porte de armas disfarçado, está fazendo com que milhares de indivíduos, que nada têm de atirador esportivo, se matriculem como atiradores só para poderem andar armados, burlando a lei. Os atiradores passaram em dois anos de 171.979 para 356.054. Os clubes se tornaram tão lucrativos que passaram de 151 para 1.345 em dois anos, cheios de milicianos e delinquentes que praticam tiro com fuzis, e não com as armas de pequeno calibre próprias do esporte olímpico, para constrangimento dos verdadeiros desportistas.

Citei apenas duas mudanças, em mais de 30, propostas pelos decretos. Ferem de morte o Estatuto do Desarmamento, que em 18 anos salvou a vida de 275.476 brasileiros (Daniel Cerqueira, IPEA). Mas as leis estão acima de decretos, e não podem ser mudadas por esses últimos. Portanto, são decretos ilegais, além de inconstitucionais, porque afrontam o Congresso Nacional em sua atribuição de votar as leis.

A manifestação dos armamentistas quer promover o retrocesso contra a lei e a tomada democrática de decisões. Celebram as armas em desrespeito ao mais de meio milhão de mortos pela pandemia. Confiamos em que o STF ouvirá a voz da ciência, da eficácia do Estatuto do Desarmamento na proteção do povo, e de mais de 80% da população que se manifestaram pelo controle de armas (IPEC) e pela celebração da vida. Mais vacinas e menos armas!